

Existe o petismo?

(Does the “petismo” Exist?)

Clayton Romano¹

¹Faculdades Integradas Fafibe – Bebedouro – SP
romano@fafibe.br

***Abstract.** Because of the distance between past and present, this article to enquire the existence of the one political culture proper at ‘petistas’, through of the one short revision of definitions and imagens to collect by literature dedicate at Worker’s Party.*

***Keywords.** political culture; Worker’s Party; “petismo”.*

***Resumo.** Dada a distância entre passado e presente, este artigo indaga a existência de uma cultura política própria aos petistas, através de uma breve revisão de definições e imagens colecionadas pela literatura dedicada ao Partido dos Trabalhadores.*

***Palavras-chave.** cultura política; Partido dos Trabalhadores; petismo.*

A pergunta tem sua razão de ser. Existirá o petismo? Ou será que ele deixou de existir no instante em que as recentes contradições do Partido dos Trabalhadores (PT) e do governo petista se tornam de domínio público? Ou pior: será que o petismo jamais existiu?

Seja como for, convém reconhecer que o questionamento acerca da existência do petismo ou, melhor dizendo, sobre o fato de o PT ser portador de uma nova cultura política não se trata de um problema recente. Desde meados dos anos 80, pelo menos, são registradas reflexões que problematizavam a capacidade apresentada pelo PT em criar e consolidar uma cultura política própria. Por isso, seria interessante de início recuperar ao menos dois desses exemplos.

Em 1986, Francisco de Oliveira apontava a existência de “meias-verdades e equívocos” construídos em torno do Partido dos Trabalhadores, dentre os quais, a afirmação de que “o PT é o primeiro partido político na história brasileira que emergiu da classe operária,... no sentido mais preciso de que foram operários os seus principais fundadores”. Para Oliveira tal entendimento era equivocado porque, primeiro, negava toda a trajetória de lutas da classe operária e de seu principal partido no país, o PCB (Partido Comunista Brasileiro, cuja denominação original de “Partido Comunista do Brasil” acompanhava a designação de “secção brasileira da Internacional Comunista”), depois, impedia a visualização do PT como o “continuador do PC brasileiro, em sua versão inicial” (segundo ele, porque o PT recolocou a “questão operária” na pauta política, como havia feito o PC nos anos 20 e 30 do século passado), e por fim, negligenciava o fato de que “os setores dos movimentos sociais que estão no PT carecem também, ao seu modo, de uma cultura política socialista”. Em outras palavras, Oliveira insistia que tais “meias-verdades e equívocos” em relação ao partido expunham, na realidade, a rejeição da base operária formadora do PT em cultivar ou reclamar vínculos com quaisquer culturas e tradições políticas precedentes, revelando, enfim, uma

“nova classe operária que não tem nenhuma cultura política socialista ou comunista, ou mesmo cultura política” (p. 11-15).

Num texto pequeno, porém muito expressivo, também de 1986, Dalmo Dallari indagava sobre a existência do petismo para, em seguida, sentenciar sem medo: “Uma coisa é certa: o petismo existe e o Partido dos Trabalhadores é o seu profeta”; reconhecendo, contudo, que “a partir daí explodem muitas dúvidas,... sem que fique bem claro se foi o petismo quem criou o PT ou se o contrário é que é verdadeiro”. Segundo Dallari, o relacionamento “apaixonado e agressivo” estabelecido pelos petistas com seu partido era o responsável imediato pela existência do petismo, ainda que seus termos constitutivos permanecessem num processo de discussão “em que todos defendem ardorosamente seus pontos de vista a respeito do significado do petismo, da natureza do PT e de seu verdadeiro papel neste momento da vida brasileira”. Ou seja, sem mencionar qualquer tradição política anterior, para Dalmo Dallari o “fato é que todos ‘sentem’ que são petistas e querem fazer do PT o veículo de suas idéias”, justificando, portanto, a própria existência do petismo (Apud. GADOTTI e PEREIRA, 1989).

Embora sejam muitas as questões suscitadas por Oliveira e Dallari, por enquanto, cumpre apenas sublinhar a idade do debate sobre o petismo, confirmando o engano daqueles que apontam a problematização da cultura política dos petistas como uma matéria de grande novidade.

Na verdade, o que é demasiado recente diz respeito menos ao ineditismo do problema e mais à impossibilidade de se compreender o petismo, na atualidade, tendo como referência as representações construídas em torno dos petistas e de seu partido no passado. Como se sabe, tal impossibilidade tem dado luz a interpretações que oscilam entre a *morte* de uma imagem do petismo, segundo os valores expressos originalmente pelo partido, e as teses de *amadurecimento*, que contrabalançam as motivações de origem e os compromissos e responsabilidades assumidos pelo partido há algum tempo.

Estudando a literatura dedicada ao PT e aquela que o insere numa análise política mais ampla, é possível destacar algumas imagens modelares construídas sobre o partido ao longo das últimas décadas. Importante entender que algumas das imagens desfrutavam de alto grau de consenso, sendo evocadas por adeptos e adversários do partido, assumidas por ambos como características primordiais que informavam o caráter e a identidade dos petistas. Sob distintos pontos de vista, portanto, tais características adquiriam um sentido universal e atravessavam toda a sociedade.

Numa rápida triagem para análise, valeria a pena observar como a literatura retratou algumas dessas idéias, tais como a de “oposicionismo sistemático” ou radicalismo democrático, e a de “partido da classe trabalhadora” ou “partido classista”. Símbolos criados em torno do Partido dos Trabalhadores, mobilizados durante anos para designar a especificidade petista e que, no entanto, nos dias de hoje, não parecem mais fazer o menor sentido ao petismo.

No final dos anos 80, demonstrando uma capacidade ímpar para assinalar e compreender toda a sorte de insuficiências expostas no curso da transição democrática no Brasil, Luiz Werneck Vianna dizia que as “razões sinceras” evidenciadas pelo PT para o “combate sem tréguas que move contra as forças que abriram o processo de transição” apontavam, sobretudo, para a “questão da ruptura”. “Razões sinceras”, dizia ele, “porque há outras, que a própria razão desconhece”. De fato, num só golpe, a fina ironia de Werneck Vianna demarcava, primeiro, o “oposicionismo sistemático”, suas “razões sinceras”, enquanto eixo da ação política desempenhada pelo PT, e depois, a perspectiva ruptural postulada pelos petistas, isto é, a defesa da transição democrática como “derrubada da ditadura, movida por uma frente popular que logo iniciasse um governo de largas reformas sociais” – caso contrário, lembrava Vianna, os petistas entendiam que a democracia do período pós-ditatorial

“nasceria sob o estigma da conciliação e do compromisso conservador”. Tal concepção ajudaria explicar o comportamento assumido pelos parlamentares petistas na Assembléia Constituinte, que, de acordo com Vianna, partiu do menosprezo inicial e culminou “num principismo estéril de começo do século,... no voto contrário do PT ao seu texto final. Ou a ruptura imediata, ou nada” (1989, p. 72).

A postura definida por Luiz Werneck Vianna como “principismo estéril”, aqui arrolada nos termos de um “oposicionismo sistemático”, foi concebida por Francisco Weffort como uma das variáveis do que ele chamava de “democracia revolucionária”. Em *Por que democracia?* (1984), Weffort dedicou seu último capítulo à fundamentação e ao ensaio de possíveis bases de uma “democracia revolucionária”, aliás, vale notar que a noção de democracia vislumbrada por Weffort expunha de modo sistematizado uma *leitura de passado* (BERSTEIN, 1998) bastante próxima àquela manifestada de modo difuso pelos petistas, especialmente no tocante a crítica às tradições anteriores. Revisando criticamente a tradição marxista (de Marx, Lênin, Stálin à Rosa Luxemburgo e Trotsky), a partir de leituras do liberalismo crítico do pós-2ª Guerra, em especial, Hannah Arendt, e carregando no jacobinismo, Weffort afirmava que “representação e participação direta são aquisições da democracia e das revoluções do mundo moderno”. Assim, seguindo a lógica de Weffort, considerando que o processo de transição democrática no Brasil caminhava sob “hegemonia liberal-conservadora”, logo, “o horizonte dos donos do poder, os atuais e os pretendentes [para estes leia-se PMDB], não vai além de uma concepção limitada de democracia representativa”. Para Weffort, “o programa de uma democracia moderna no Brasil” – segundo ele, “uma verdadeira revolução” –, estaria a cargo dos movimentos e instituições populares vinculados à luta dos trabalhadores. Em suas palavras, “caberá, certamente, aos setores populares das atuais oposições – os únicos, em verdade, que continuarão sendo oposição amanhã – um papel decisivo nesta luta. Penso aqui nos partidos ligados ao movimento operário e popular, em particular o PT” (p. 129-131).

Se a estratégia e a vocação oposicionistas bastariam, até a pouco, para descrever um traço marcante da identidade comum aos petistas, do mesmo modo, a crença de que a especificidade do petismo residia na vinculação direta do partido com as “classes trabalhadoras” foi capaz de justificar, durante bom tempo, a “novidade” representada pelo PT. Rachel Meneguello, nesse sentido, admitia a experiência consagrada na formação do Partido dos Trabalhadores como um caso raro de “ruptura” nos processos de gestação e organização dos partidos no Brasil. Meneguello entendia o gesto de fundação do PT enquanto “iniciativa de uma organização autônoma pelas classes trabalhadoras” e portadora de uma “idéia de inserção no mercado político”. Segundo Meneguello, não restava dúvida que tais características, agregadas no PT, “moldavam certa novidade, conferindo cores mais legítimas” ao processo de reestruturação dos partidos políticos no país, verificado em finais dos anos 70 e início dos 80. “Assim”, concluía Meneguello, “o que explica esta novidade é, sobretudo, a ruptura com padrões de organização partidária no país” (1989, p. 10).

De outro modo, menos analítico, mais entusiasta, Moacir Gadotti e Otaviano Pereira se dedicaram a uma coletânea de documentos, precedida de uma breve narração da trajetória do Partido dos Trabalhadores. Na verdade, *Pra que PT* (1989) tinha um objetivo claro, preciso, expresso desde suas primeiras linhas: “A finalidade deste livro é sobretudo dar a conhecer o PT à grande maioria dos trabalhadores que ainda não tiveram essa oportunidade”, isto é, concebida como “um instrumento a mais na luta pela construção do partido e da nova sociedade, a publicação de *Pra que PT* se destinava “mais para fora que para dentro do partido” (p. 9-10). Portanto, como um “instrumento a mais” do partido, *Pra que PT* sintetizava extra-oficialmente algumas das principais concepções compartilhadas oficialmente pelos petistas, dentre as quais, a de que o PT era o “partido da classe trabalhadora”. Para Gadotti e Pereira, a principal argumentação empregada petistas em favor da criação de PT,

“era de que a classe trabalhadora já estava cansada de partidos que a defendem só em seus discursos”. Os autores admitem, no entanto, que o “PT, em suas origens, nascido no seio dos sindicatos mais combativos, sentiu dificuldade em definir seu caráter”. “Aos poucos”, concluem, o PT “definiu-se como um partido classista, com caráter amplo e massivo, de organização autônoma e independente dos próprios trabalhadores” (p. 29-30).

Não é preciso muito esforço para notar a distância entre as citações acima e as questões postas pelo presente ao PT. As imagens do passado (oposicionismo sistemático ou radicalismo democrático, partido da classe trabalhadora ou “organização autônoma” dos trabalhadores), de tão sólidas, simplesmente, desmancharam no ar. A verve oposicionista, radical por excelência no trato com a democracia, hoje, cedeu espaço a postulações racionais em favor da moderação petista, da construção de uma via pactuada, agora, anunciada pelos quatro cantos como “concertação”. Por sua vez, a imagem de “grande novidade”, de “ruptura com padrões de organização partidária no país”, como dizia Meneguello, de “partido da classe trabalhadora”, de “partido classista”, como lembravam Gadotti e Pereira, também não parece dispor no momento da mesma capacidade de síntese demonstrada até pouco tempo atrás. Apenas para relembrar, no auge da crise política, em meados de 2005, além dos vaticínios de expurgo, o PT também se viu comparado à antiga UDN (União Democrática Nacional) e aos partidos da “base aliada” do governo Lula, dentre os quais, PTB e PL. Daí a dúvida: onde estaria então a tal “grande novidade” simbolizada pelos petistas?

Ao sublinhar o esgotamento das imagens colecionadas pelo PT ao longo das últimas décadas, utilizando sínteses oferecidas por autores de diferentes matrizes teóricas, metodológicas ou mesmo políticas, é importante dizer que não se pretende com isso retirar a credibilidade ou mesmo invalidar as abordagens por ora analisadas. Tal comportamento analítico seria no mínimo anacrônico, uma vez que as imagens registraram um determinado momento do partido, que, por sua vez, procedia de modo bastante distinto em relação aos dias de hoje. Não resta dúvida, portanto, que os analistas tiraram corretamente suas fotografias. A questão, porém, é que tais retratos estão agora amarelecidos, desgastados pelo tempo de tal modo que é quase impossível associar aquele protagonista da foto dos anos 80 com esse dos anos 2000.

O caráter difuso demonstrado pelo Partido dos Trabalhadores desde seus movimentos inaugurais sempre denunciou a dificuldade de se visualizar o partido e sua cultura política como se eles fossem homogêneos, monolíticos, únicos. A multiplicidade de setores sociais e correntes de pensamento que deram luz do PT favoreceu o surgimento de interpretações fundamentadas em concepções dualistas, em especial a partir dos anos 90, que procuram dimensionar o viés dual, contraditório, exposto pelos petistas.

Assim, o PT definia-se tanto por alternar “a proposição de passagem ao socialismo pela via da ruptura revolucionária (leninista) com a da via parlamentar, reformista (social-democrata)” (AZEVEDO, 1995, p. 148. Ver também: BUENO, 2003), como por expor que “os intelectuais tradicionais e orgânicos da direção e da base não formam uma comunidade de homens que se educam de modo recíproco – o intelectual coletivo petista apresenta-se assim assimetricamente cindido” (WITKOSKI, 2000, p. 176). Do mesmo modo, o partido era caracterizado pela relação conflitante entre as seguidas frustrações eleitorais e seu “socialismo democrático”, num “jogo de braço entre realidade e utopia”, em que “a realidade saiu a grande vencedora contra seus revolucionários” (BRANDÃO, 2003, p.186). Ou então como um partido marcado pela cisão entre “*partido dirigente e partido de interlocução*”, uma vez que “havia (e há) no PT um forte tensionamento para o respeito à institucionalidade e a aceitação das regras do jogo, mas os setores de base, mais próximos das ações concretas de luta contra o governo..., eram empurrados para atitudes que transcorriam ao arrepio de uma interpretação mais dogmática da legislação” (SECCO, 2002, p. 86-87).

Também neste caso, em detrimento das múltiplas orientações contidas nas respostas aferidas acima, cabe destacar a convergência quanto à adoção de uma perspectiva dual de análise, já que todas elas exaltam a simultaneidade de comportamentos petistas específicos, contraditórios até. E assim, problematizar a cultura política do PT implicaria em reconhecê-la nos termos de uma díade fundada ora em leninismo *versus* social-democracia, ora na cisão entre intelectuais tradicionais e orgânicos, direção e base. O PT, e por extensão sua cultura política, seria uma síntese em movimento de teses aparentemente excludentes, logo, partido e cultura política, somente poderiam ser tidos como objetos de análise se estudados a partir da fratura exposta pelos petistas, numa palavra, como uma "estrela partida ao meio". Essa certeza tem sido levada a cabo mesmo nos dias que correm sem conseguir, no entanto, oferecer respostas inovadoras.

Portanto, como tudo o que é sólido se desmancha no ar, as principais imagens e representações construídas em torno do PT já não fornecem mais respostas. Ao contrário, talvez pela variedade e inaplicabilidade dessas imagens, paira a incerteza quanto à existência ou não de uma cultura política petista. Fato que torna ainda mais evidente a pertinência da indagação inicial: existe o petismo?

Referências:

- AZEVEDO, C. B. de. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BERSTEIN, S. "A cultura política". In: RIOUX, J-P.; SIRINELLI, J-F (orgs) *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.
- BRANDÃO, M. A. *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.
- BUENO, R. *A encruzilhada petista: entre a velha esquerda e a social-democracia*. Mogi das Cruzes: Pensamento Livre, 2003.
- DALLARI, D. "Existe o petismo?". In: *Jornal Leia*. São Paulo, ago. 1986. Apud. GADOTTI e PEREIRA, 1989.
- GADOTTI, M. e PEREIRA, O. *Pra que PT*. Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.
- MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- OLIVEIRA, F. "Qual é a do PT?". In: SADER, E. (org.) *E agora, PT? Caráter e Identidade*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 09-34.
- SECCO, L. *Gramsci e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- VIANNA, L. W. *A transição*. Da constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989.
- WEFFORT, F. *Por quê democracia?* 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WITKOSKI, A. C. *Diversidade intelectual e cultura política: abordagem gramsciana da pedagogia petista*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.